

## **Comissão de Direitos Humanos e Minorias - CDHM**

”COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº     de 2012

(Da Senhora Parlamentar Janete Capiberibe)

Requer audiência pública  
para tratar da situação dos  
índios Guarani-Kaiowá.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro audiência pública para que seja tratado situação de despacho/ordem dos índios Guarani-Kaiowá, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Sr. José Eduardo Cardozo -Ministro da Justiça; a Sr.ª Gleisi Helena Hoffmann – Ministra-chefe da Casa Civil; a Sr.ª Deborah Duprat – Procuradora-Geral da República; o Sr. Egon Heck – Indigenista, Cientista Político, militante do Conselho Indigenista Missionário,– CIMI; o Sr. Eduardo Baker – advogado da ONG de Direitos Humanos Justiça Global; o Sr. ; o Sr. Otoniel Guarani Ñadeva - índio Guarani-Kaiowá.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O pedido de socorro da comunidade Guarani-Kaiowá não traduz apenas a sobrevivência deste povo, mas uma situação histórica de descaso, de desrespeito a todos os cidadãos indígenas e a Constituição da República Federativa do Brasil em seu título VIII – da ordem social, capítulo VIII – dos índios, artigo 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Historicamente, os povos indígenas (primeiros habitantes neste país), desde a chegada dos colonizadores em 1500, vivem toda sorte de crueldade e a maior delas, acredito ser, o cerceamento a liberdade e a sua identidade. Aprendemos com eles que a terra não representa apenas um lugar onde constroem suas casas, mas sim toda construção de sua identidade ambiental e social, esses conceitos abarcam um ser integrado

com a construção de sua própria história, ao respeito e amor pelos seus e por tudo que fazem: é a relação humana de qualidade que ainda muitos de nós (os brancos) ainda não nos permitimos viver e partilhar uns com os outros, seus iguais. A Câmara dos Deputados Federais em seu compromisso com a defesa à dignidade da pessoa humana e à cidadania tem o dever de ouvir e atender esse grito que já ecoa desde o “descobrimento” do Brasil.

JANETE CAPIBERIBE  
Deputada Federal – PSB/AP